

## ESTUDANTES E AS VIOLÊNCIAS ESCOLARES: PROTAGONISTAS OU VÍTIMAS?

Célia Maria Rosa<sup>1</sup>  
Leonice A. Zago Pierin<sup>2</sup>  
Yasmim Lotti S. Matheus<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo fazer educadores refletirem sobre as bases teóricas que sustentam os conceitos sobre violências escolares. A violência é um fenômeno social complexo e deve ser estudada em conjunto com os sistemas simbólicos que lhes atribuem sentido. A problemática das violências – seja aquela em que o jovem é vítima, ou protagonista – vem provocando perplexidade e preocupação no meio escolar. Busca-se averiguar como as violências ocorrem no ambiente escolar e seus efeitos na vida escolar de alunos, com o propósito de examinar suas oportunidades de igualdade e de direito à educação. Em estudos atuais no Brasil (CAMPOS, TORRES & GUIMARÃES, 2004; VELHO, 2000; ZALUAR, 2000), um ponto que tem sido destacado diz respeito à tendência da banalização da violência. Por vezes, a escola, não tem cumprido sua função social, ao contrário, legitima as violências, principalmente, a simbólica, além de disseminar um padrão único de ensino, difunde o caráter da meritocracia para autenticar as desigualdades. Considerando estes aspectos, conclui-se que por meio da articulação entre os diversos segmentos e agentes que compõem a comunidade escolar, a escola deve viabilizar um processo de gestão democrática, amenizando as violências.

**Palavras-chave:** violências escolares; violência simbólica; estudantes.

## STUDENTS AND SCHOOL VIOLENCE: PROTAGONISTS OR VICTIMS?

**ABSTRACT:** This text aims to make educators reflect on the theoretical bases which support the concepts about school violence. Violence is a complex social phenomenon and should be studied in conjunction with the symbolic systems that they ascribe meaning. The problem of violence-is that young is the victim, or protagonist – comes amid concern causing bewilderment and school. The aim is to find out how the violence occurring in the school environment and its effects on school life of students, with the purpose of examining your opportunities of equality and the right to education. In current studies in Brazil (CAMPOS, TORRES & GUIMARÃES, 2004; OLD, 2000; ZALUAR, 2000), a point that has been highlighted concerns the tendency of trivialization of violence. Sometimes, the school has complied with your social function, on the other hand, legitimizes the violence, mainly symbolic, as violence spread a single standard of education, and disseminates the character of meritocracy to authenticate the inequalities. Considering these aspects, it is concluded that through the joint between the various sectors and agents

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – PPGE/UFSCar. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar – contato: celiamrm@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar. – contato: nicezago9@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar (Bolsistas CAPES). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar – contato: ya.lottism@hotmail.com

that make up the school community, the school must make a democratic management process, easing the violence.

**Keywords:** school violence; symbolic violence; students.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as bases teóricas que sustentam os conceitos sobre violências escolares, em específico sobre a violência simbólica. As violências estão presentes nos mais diversos espaços da sociedade brasileira e ocupam lugares de destaque na vida cotidiana das pessoas.

As violências são fenômenos sociais complexos e devem ser estudada em conjunto com os sistemas simbólicos que lhes atribuem sentido. A problemática da violência – seja aquela em que o jovem é vítima, ou protagonista – vem provocando perplexidade e preocupação no meio escolar. Busca-se averiguar como as violências ocorrem no ambiente escolar e seus efeitos na vida escolar de alunos, com o propósito de examinar suas oportunidades de igualdade e de direito à educação. Este estudo justifica-se devido algumas inquietações que nos incomodavam, como: quais são os autores que conceituam violência escolar e violências simbólicas? Como as pesquisas em educação vêm abordando a questão da violência no espaço escolar? O que motiva as atitudes “violentas” nos espaços escolares?

Em pesquisas como a de Andrade & Rua (2004); Bordini & Lima, (1999); Pinheiro & Almeida (2003), entre outros, comprovou-se o crescente envolvimento de jovens com a violência, tanto como vítimas quanto como agressores.

Segundo Campos, Torres & Guimarães (2004); Moser (1991) e Velho (2000), a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social, em suas múltiplas formas de manifestação. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. Ela existe num determinado contexto e se efetiva na relação com o outro. Apesar das dificuldades de delimitação conceitual, parece consensual entre os pesquisadores como Michaud (2001), Velho (2000) e Wierviorka (1997), a concepção de violência como fenômeno multifacetado, sendo que este assume formas e sentidos variados, conforme o momento histórico e a cultura em que é produzido.

Em estudos atuais no Brasil, um ponto que tem sido destacado diz respeito à tendência de banalização da violência (CAMPOS, TORRES & GUIMARÃES, 2004; VELHO, 2000; ZALUAR, 2000). Com a atual mudança cultural e as transformações do sistema de valores e das relações sociais, observam-se maiores tensões sociais, isto é, o que geralmente era resolvido com acordos e negociações, hoje, encontra na violência física ou verbal uma tendência predominante.

Existe uma disposição cultural que considera os fenômenos de violência explícita (atos agressivos) como sendo comuns, naturais, banais, tirando a violência da excepcionalidade, para torná-la algo do cotidiano. Trata-se de um rompimento com o contrato social que provoca também a ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro.

Estas rupturas perpetuam-se nas instituições socializadoras como: famílias, escolas, fábricas, religiões e no sistema de justiça penal (polícias, academias de polícia, tribunais, manicômios judiciários, instituições da justiça penal e prisões), pois todas estão passando por uma falta de controle social ou por recorrente crise.

## Concepções a respeito das violências e da violência escolar

Diariamente são apresentadas, através dos meios de comunicação e redes sociais, informações sobre os diversos tipos de violência, tanto na sociedade brasileira quanto no exterior. Notícias também apontam violência dentro das escolas, local em que crianças e adolescentes cometem agressões verbais, físicas, pichações, bullying, e também infrações como furtos, embora, aparentemente, não exista motivação justificatória para tais ações ou comportamentos.

Assis e Marviel (2010, p. 41) afirmam ser difícil conceituar violência e explicam que a violência é um "fenômeno complexo e multicausal, que atinge todas as pessoas, grupos, instituições e povos, e por todos é produzida".

O étimo latino *vis* (que significa 'força') também dá origem aos vocábulos 'vigor', 'vida' (de *vis*, *vita*) e 'vitalidade', assim como também ao termo 'violência' (ZIMERMAN, 2007).

Salles, Fonseca e Adam (2016) conceituam a violência em fontes diversas:

No dicionário de Filosofia Abbagnano (2007), significa: 1. ação contrária a ordem ou disposição da natureza; 2. Ação contrária a ordem moral, jurídica ou política. Nesse sentido fala-se em "cometer" ou "sofre"; No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), a violência é significava como "1. Qualidade do violento; 2. Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo), ou intimidação moral contra (alguém), ato violento, crueldade, força; 4. Força súbita que se faz sentir com intensidade, fúria, veemência (SALLES, FONSECA E ADAM, 2016, p. 43 e 44).

Assim o termo violência pode ser definido como qualquer ato ou conjunto de ações realizadas que signifiquem força e vigor. De modo geral a violência mostra-se como uma forma de demonstração de força, poder ou dominação do agressor para com o agredido, que pode ser um único indivíduo ou mais, em ambas as situações. Ela tem intenção de causar um conflito, destruindo um bem material, moral ou físico.

Ribolla e Fiamenghi Jr. (2007), afirmam haver uma diferença entre violência, agressividade e agressão. Assim, a agressividade é a propulsão para a ação, sendo necessário, para que ocorra um impulso, os propósitos do indivíduo, tanto para construção quanto para a destruição. Já o termo agressão possui o caráter negativo e destrutivo da agressividade. Assim, a violência estaria situada no extremo da conduta agressiva que possua fins destrutivos e, desta forma, há um aspecto mais patológico nas questões que a envolvem.

De maneira geral, a violência no âmbito escolar se manifesta em uma afirmação de poder sobre o outro e a conquista desse poder é o que gera as diversas formas de violência. Suas ocorrências são consequência das práticas cotidianas de discriminação, preconceito, da crise de autoridade do mundo adulto ou da fraca capacidade demonstrada pelos profissionais de criar mecanismos justos e democráticos de gestão da vida escolar. Neste sentido, cabe à instituição escolar refletir e discutir temas que afligem a sociedade em seu cotidiano, dentre os quais se destacam a violência, suas formas de prevenção e as possíveis repercussões no desenvolvimento da criança e do adolescente.

A escola, em muitos casos, utiliza-se de um elenco de procedimentos formais e informais, modelados de acordo com as características de cada direção ou projeto

pedagógico. Outra forma de violência é a exclusão do aluno dentro da própria sala de aula, onde, muitas vezes, reinam a alienação, a apatia, o ressentimento, o tédio, a atitude destrutiva e as agressões físicas, principalmente por parte daqueles alunos que sofrem vários tipos de frustração fora da escola e não encontram meios de lidar com o problema (LEMBO, 1975).

Segundo Charlot (2002), os múltiplos modos que se manifestam os tipos de violência passam por análise de três dimensões: violência na escola, da escola, e à escola. Resumidamente, a primeira surge basicamente da existência de comportamentos violentos, externos a escola, pois se encontram na sociedade e são reproduzidas no interior do ambiente escolar. A segunda relaciona-se com a própria organização pedagógica – historicamente construída – que por vezes reflete a violência simbólica nas relações hierárquicas, burocratizadas e preconceituosas entre os sujeitos. A terceira caracteriza-se por depredações patrimoniais contra a instituição.

Dubet (2004, p. 552) argumenta existir uma visível injustiça ao se constatar que os filhos das famílias desprotegidas de amparos sociais, políticos e econômicos, por vezes, podem ser induzidos para ocupações não qualificadas e que, “no fundo, a escola não é totalmente responsável por essa situação de fato”. Entretanto, há uma injustiça diferenciada e de maior proporção quando essa reprodução das desigualdades vem acompanhada de uma estigmatização e de uma desvalorização dos indivíduos. É ao mesmo tempo inútil e cruel, é uma injustiça feita aos alunos mais fracos, aos vencidos na competição escolar

Segundo Dubet (2004), alguns alunos, tidos por violentos, são

considerados por todos simples delinquentes, embora sejam também vítimas, ainda que a maioria das propagandas políticas e sindicais os apresente como inimigos, uma vez que sua presença se tornou perigosa nas salas de aula (DUBET, 2004, p. 553).

Para Moura (2011), com base em Žižek (2009) existem três tipos de violência: *subjéitiva*, que é mais visível e feita por agentes claramente identificáveis; *objetiva*, também denominada de sistêmica, diz respeito à violência inerente ao “normal estado das coisas”, isto é, as consequências de um sistema econômico-político; e *simbólica*, que pertence à linguagem, e torna-se violenta pela imposição do universo de significados.

A violência subjéitiva caracteriza-se por ser exercida por agentes sociais determinados, como indivíduos concebidos como acintosos, indisciplinados e grupos fanáticos, fáceis de serem identificados. Nesse caso, a agressão ao outro ou as agressões mútuas são visíveis, normalmente por envolverem o uso de uma força que excede determinados limites (MOURA, 2011).

A violência objetiva ou sistêmica tem a sua sustentação nas vicissitudes das relações sociais, políticas e econômicas, podendo ser definida no próprio discurso como referida à sustentação de laços de dominação e de exploração. Encontra-se geralmente enraizada nas instituições sociais e pode valer-se do poder econômico, político ou midiático para impor-se ou perpetuar-se. A violência objetiva não deixa de lançar mão de diversos mecanismos de violência simbólica e, em muitas ocasiões, até da violência física direta contra determinados sujeitos, como parte das relações de dominação (BISPO e LIMA, 2014).

A violência simbólica, por sua vez, apresenta-se de forma mais sutil nas palavras, nomeações, classificações e formas de utilização da linguagem, não sendo, muitas vezes, reconhecida como violência, mas produzindo efeitos de forma mais insidiosa. Devido a esse caráter de invisibilidade, o agente da violência também se torna mais difuso, o que

dificulta a sua superação. Se, em muitas ocasiões, a escola é o lugar onde se podem almejar transformações positivas no uso social da linguagem, justamente por ser um lugar de transmissão e crítica da língua, em outras ocasiões, a própria dinâmica escolar pode reforçar em suas práticas disciplinares e administrativas a proliferação desse tipo de violência (BISPO e LIMA, 2014).

Outro aspecto muito difundido nos dias de hoje, de acordo com Camargo (2017) é o *bullying*, que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas. Ao contrário dessa ideia do senso comum, o *bullying* ocorre sem motivação evidente e pode ser exercido por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa que não tenha a possibilidade ou capacidade de se defender.

Segundo Spósito (2001), pesquisadora responsável pelo mapeamento da violência no âmbito escolar no Brasil, é possível dizer que nos finais do século XX já existiam estudos acadêmicos sobre a temática. Em 1980, por exemplo, as violências ocorridas em estados como São Paulo e Salvador tinham como característica as depredações, furtos e invasões, normalmente ocorrendo quando as escolas estavam fechadas e, para evitar novos ataques, as instituições escolares se fecharam atrás de grades nas janelas e altos muros, isolando a escola da comunidade, para obter segurança física.

Para Riscal e Riscal (2016), geralmente, a primeira providência tomada pela escola que sofre agressões externas é a colocação de barreiras contra futuros ataques e a instalação de sistemas de segurança. Estudos publicados no final de 1998, também, traziam como fonte de violência escolar as depredações e furtos, além de se referirem aos alunos com registros de agressões físicas e simbólicas.

Salles, Fonseca e Adam (2016) apresentam também vários estudos (LOUREIRO e QUEIROZ, 2005; CAMACHO, 2001) que caracterizam a diferença entre violência em escolas públicas e particulares, afirmando que, enquanto nas primeiras foi identificada a predominância de violência física, roubos e o uso de drogas, nas segundas, a violência é para com o outro, sendo o professor o principal alvo. Desta forma, a violência não está ligada a uma classe econômica em especial, mas a qualquer lugar em que as relações sociais existam.

Para Stroppa (2017, p. 14), a violência não tem características somente de certa idade específica, visto que jovens de 10 a 24 anos demonstram várias nuances sérias. Ainda segundo o autor, de acordo com o National Center for Injury Prevention and Control, dos Estados Unidos da América, as violências ocorrem por quatro fatores: individuais, relacionamento, comunitários e sociais. Nos fatores individuais encontramos sujeitos com exposição à violência no passado, impulsividade, pouco desempenho escolar, etc. Para os fatores de relacionamento existem os jovens delinquentes por pares, conflitos parentais, etc. No aspecto de fatores comunitários estão a falta de estabilidade econômica, atividades de gangue e crime, etc.; e, finalmente, nos fatores sociais estão as questões de aceitação das normas, falta de limites e de oportunidades.

### **A perspectiva da violência simbólica e suas consequências na escola**

Geralmente, entendemos que a violência é algo explícito que pode ser percebido pela vítima, porém, há a ocorrência de outro tipo de violência muito mais sutil e de difícil absorção que é a definição de violência simbólica.

A violência simbólica no entendimento de Tiradentes (2015), ocorre numa perspectiva de dominação por meio de um mecanismo utilizado de forma sutil pelas classes dominantes, a fim de legitimar certas crenças, comportamentos, ou tradições. Esse fenômeno foi identificado por Bourdieu (2011):

[...] violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, faz esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/preto, rico/pobre, etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que ser social é produto (BOURDIEU, 2011, p. 47).

Para Guimarães e Júnior Oliveira, (2014), a violência simbólica no campo educacional acontece em forma de jogo, dando-nos uma ideia de poder invisível, mas legítimo que atua de forma simbólica. Os autores escrevem sobre a violência simbólica na escola e sua função legitimadora, a qual cabe disseminar um padrão único de ensino e aprendizagem, além de conservadora social, impondo, principalmente, a meritocracia para legitimar as desigualdades no âmbito escolar. Esse poder simbólico constrói a realidade no ambiente escolar, sua presença introduz uma série de barreiras e problemas para, por exemplo, efetivarmos um ensino e aprendizagem multidisciplinar, capaz de valorizar cada estudante em suas especificidades.

Neste contexto, a violência simbólica escolar pode ser verificada de várias maneiras: desde o tratamento diferenciado a determinados estudantes, até ao conteúdo ou as diretrizes curriculares que fazem parte do Projeto Político Pedagógico. Em grande parte, o fazer pedagógico acaba favorecendo alunos que já possuem vantagem e excluindo outros que necessitam de novas oportunidades, como por exemplo, o jovem que já se envolveu com atos infracionais.

Para Bourdieu (1998), existem pequenos e notórios aspectos que permitem a manipulação dentro do sistema de educação. Educadores acabam mantendo a reprodução do status social no âmbito escolar ao tratar os estudantes de forma igual, ignorando a realidade de onde vieram, ou suas desigualdades sociais, inclusive as diferentes classes sociais. Faz-se necessário levar em conta as desigualdades e diversidades dos alunos, além da criação de espaços de convivência mais solidários, inclusivos e democráticos. Não raras vezes, em que a violência simbólica se manifesta nos ambientes da escola, nas mais variadas formas, a comunidade escolar não se sente pronta pra lidar como a diversidade, tampouco com sua concretude.

Segundo Odalia (2004), nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, identificável. Ao contrário, ela torna-se mais próxima da realidade, isto é, um ato natural, cujo cerne passa despercebido. Perceber um ato violento requer do sujeito um esforço para superar sua aparência de rotina, que geralmente é naturalizado. É importante destacar que a violência escolar também incorpora diferentes perspectivas, dentre elas: a violência explícita, podendo ser definida como agressão entre

indivíduos, e a violência simbólica, que se manifestam por meio de regras, hábitos culturais e normas de uma sociedade que já é essencialmente desigual.

Essa relação de excesso de poder atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são abordados pelo agente da violência. Infelizmente essas formas de violência são corriqueiras e arraigadas às práticas educacionais, e mesmos com atores escolares passando por transformações sociais acabam, por vezes, estabelecendo um agir educativo com esse tipo de mecanismo para resolver conflitos.

Podemos perceber que o conceito de violência vai muito além de atos violentos, e perpassa pela violência simbólica que é sofrida tanto por discentes quanto por docentes. Caso consideremos o Estado como o detentor clássico da violência, a escola, como condutora de violência homogeneizadora — portanto, enquanto instância que assegura: conformismo lógico, concepção homogênea do tempo, do espaço, etc. Neste contexto, busca-se compreender a ação dos atores profissionais da educação, que por vezes, mantém-se em silêncio, sem corresponsabilidade com o que acontece no âmbito escolar.

Ao considerarmos a violência simbólica um dispositivo de abuso de poder, uma prática disciplinar que causa um dano social – em tempos e espaços diferentes –, também admitimos que a imposição de estigmas, ou mesmo a própria exclusão, efetiva ou simbólica são causadoras de fracassos escolares ou violações de direitos de crianças e adolescentes.

De maneira geral, a violência simbólica manifesta uma afirmação de poder sobre o outro e a conquista desse poder é o que gera as diversas formas de violência. Suas ocorrências são consequência das práticas cotidianas de discriminação, preconceito, da crise de autoridade do mundo adulto ou da fraca capacidade demonstrada pelos profissionais de criar mecanismos justos e democráticos de gestão da vida escolar.

Cabe então que educadores estejam dispostos a abordar as falhas e/ou omissões que permeiam o contexto escolar, pois, na escola o indivíduo transpõe seus primeiros passos para estabelecer relações de conhecimento, correlacionar saberes e apreender ensinamentos. Assim, a instituição escolar deve refletir e discutir temas que afligem a sociedade, em geral, e também seu cotidiano, dentre os quais a violência simbólica. Esta responsabilidade social se deve, em parte, ao reconhecimento de que o campo de convivência repercute diretamente na socialização infanto-juvenil, além de ser, juntamente com a família, espaço crucial para defesa dos direitos humanos (NJAINÉ, K.; MINAYO, 2003).

Temos hoje uma escola que pouco se discute a violência, a mesma é mais discutida fora do âmbito escolar, portanto fica difícil classificar as reais violências que acontecem dentro das escolas. Botler (2016), entende que essa falta de clareza a respeito da violência limita a capacidade de intervenção para sua minimização, levando os atores escolares a práticas injustas. Muitas vezes as justiça são realizadas de formas injustas.

De acordo com a pesquisa realizada por Botler (2016), os atores escolares se remetem a sentimentos de injustiças referentes a atos praticados, e esses podem gerar conflitos e violências reduzindo o bem estar no espaço escolar.

Para Paula e Silva (2010) a discussão sobre violência dentro da instituição escolar é de fundamental importância, principalmente ao que se refere a sua distinção, as diferentes formas de manifestação. Para a autora, um fato corriqueiro dentro das escolas é o tratamento judicial e policial de ações e alunos. As escolas têm transferido para o setor jurídico, assuntos que poderiam ser resolvidos dentro da própria instituição “[...] havendo uma transferência de tratamento da questão do campo pedagógico para o campo jurídico”.

Assim, a criminalização de conflitos com alunos poderiam se resolvidos pela própria escola, passa a ser tratada por outros órgãos, que se dedicam a coibir e reprimir crimes, como as promotorias e a polícia, criando uma relação de hostilidade entre professores, direção, alunos e pais (PAULA e SILVA, 2010, p. 48).

A escola se exime da responsabilidade como também das competências que a elas são atribuídas de fato, para Dubet (2003), a escola apela a competências muito particulares referentes aos conhecimentos das regras ocultas do sistema.

Dubet (2003) entende que esse mecanismo beneficia os alunos que estão em uma posição mais privilegiados socialmente, e as estratégias escolares aprofundam as desigualdades na medida em que transferem aos pais capacidades relacionadas ao capital cultural. Os educadores esperam que os pais sejam capazes de orientar e ajudar seus filhos nas suas tarefas, e os culpabilizam pela falta de sucesso dos mesmos. Estudos apontam que há contradições entre os elementos culturais transmitidos pela escola e os transmitidos pelo processo de socialização fora da escola.

Aquino (1998) esclarece que grande parte dos contratemplos profissionais podem ser elucidados se tomarmos a posição de rever posicionamentos endurecidos, questionar crenças instituídas, refletir e ser flexível confrontando posicionamentos imutáveis. O autor considera que essas são oportunidades ímpares na profissão docente. Para que isso seja alcançado o autor traça algumas premissas pedagógicas fundamentais, com quatro elementos básicos. O primeiro é o conhecimento, que é o objeto exclusivo da ação do professor, e devem ater-se ao seu campo de conhecimento, suas regras de funcionamento, e nunca à moralização dos hábitos. O segundo é a relação professor aluno, que é o núcleo do trabalho pedagógico, considerar o aluno como parceiro, corresponsável pelo sucesso escolar. O terceiro é a sala de aula, o autor considera um local privilegiado, onde a educação escolar acontece de fato, local em que os conflitos têm de ser administrados, gerenciados. O quarto elemento é o contrato pedagógico e consiste na proposta de que as regras de convivência, muitas vezes implícitas, que orientam o funcionamento da sala de aula precisam ser explicitadas para todos os envolvidos, conhecidas e compartilhadas por aqueles inseridos no jogo escolar, mesmo se elas tiverem de ser lembradas (ou até mesmo transformadas) todos os dias. (AQUINO, 1998, p.25)

Aquino (1998) traça cinco regras éticas do trabalho docente, a primeira implica na compreensão do aluno-problema como porta voz das estabelecidas em sala de aula, ele não considera o aluno como portador de distúrbio, pois o mesmo aluno que apresenta problemas com um professor pode ser produtivo com outro. A segunda refere-se ao abandono da ideia de aluno ideal, pois a relação aluno professor é realizada considerando os termos profissionais e que um carece do outro. A terceira é a fidelidade profissional ao contrato pedagógico, é não abrir mão do alvo de nossa ação, e do objetivo de nosso trabalho, que é o conhecimento. É ter clareza de nossa tarefa em sala de aula e o aluno também. A quarta é experimentação de novas estratégias, pois a sala de aula é laboratório pedagógico, nós nos adequamos as possibilidades do aluno. A última é a ideia de que são dois os valores básicos que devem presidir nossa ação na sala de aula: “a competência e o prazer”.

Segundo Aquino (1998), Dubet (2003), e Paula e Silva (2010), é crucial que sejam tomadas medidas no âmbito político e administrativo, que protejam o processo educacional e que permitam a efetivação dos direitos a educação. Aliado a essas medidas, no contexto escolar é inevitável que se promova ações que possa diagnosticar e prevenir a indisciplina e violência. Esses desafios podem ser vencidos dentro das escolas, por meio do diálogo entre



todos seus membros, valorizando a coletividade, e a democracia. Essas medidas corroboram para minimizar as desigualdades sociais, ocorrências de conflitos e a violências dentro dos espaços internos e externos das escolas.

### Algumas Considerações

Para Cardoso (2009), o papel da escola está primordialmente em instrumentalizar e preparar os indivíduos para a vida social, e dessa forma se desenvolver e transformar a própria sociedade. Neste contexto, Oliveira, Moraes, e Dourado (2010), explicitam que todos aqueles que fazem parte da escola, como equipe escolar, professor, familiares, alunos e a comunidade em geral precisam se conscientizar que a escola é um espaço plural e contraditório, portanto, se torna fundamental que ela construa seu Projeto Político-Pedagógico em conjunto com a comunidade escolar.

Fica claro que para pensar a função social da educação e da escola torna-se necessário problematizá-la na tentativa de se construir uma instituição que queremos. Neste sentido, deve-se promover a articulação entre os diversos segmentos e agentes que compõem a escola, para construção de um processo de gestão democrática.

Segundo Aquino (1998), com a ampliação de vagas e estabelecimento de ensino e com o aumento do tempo de escolaridade para nove anos e a obrigatoriedade da educação estabelecida na Constituição Federal de 1988, fica evidente que permanece a situação de desafio dos educadores. Hoje o grande desafio pode ser considerado o de segurar os alunos nas escolas aprendendo.

(...) a grande tarefa dos educadores brasileiros na atualidade é fazer com que os alunos permaneçam na escola e que progridam tanto quantitativamente, quanto qualitativamente nos estudos (AQUINO, 1998, p. 4).

Por vezes, a escola, não tem cumprido com sua função, ao contrário, legitima a violência simbólica, a qual, além de disseminar padrão único de ensino, difunde o caráter da meritocracia para autenticar as desigualdades. Neste sentido é perceptível que a escola serve-se de muitos argumentos para se isentar de atribuições que só a ela compete, atribuindo a responsabilidade, a priori, como já exposto, ao aluno, na sequência a família e, por conseguinte a política.

### Referências

ADAMS, Joyce Mary; REVILLA CASTRO, Juan Carlos; SALLES, Leila Maria Ferreira; VILLANUEVA, Concepción Fernandes. *A violência no cotidiano juvenil: uma análise a partir da escola*. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, v. único.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAMPOS, P. H. F., TORRES, A. R. R., & GUIMARÃES, S. P. Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. *Educação e Cultura Contemporânea*, 1(2), 109-132, 2004.

CHARLOT, Bernard. “A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n° 8, julho/dezembro de 2002, p. 432-443.

DUBET, F. A ESCOLA E A EXCLUSÃO. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.119, p.29-45, jun. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/cp/n\\_119/n119a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n_119/n119a02.pdf). Acesso em 12/03/2003.

GUIMARÃES, P. Silvia; CAMPOS, F.H. Pedro- Norma Social Violenta: Um Estado da Representação Social da Violência em Adolescentes, *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil, 2004.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida. Bourdieu e a economia das trocas simbólicas. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Ponta Grossa – Brasil Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Ponta Grossa – Brasil Pierre. *Revista Eletrônica FAFIT/FACIC Faculdades Integradas de Itararé – Itararé – SP – Brasil* v. 05, n. 02, jul./dez. 2014, p. 31-38.

LEMBO, J. M. *Porque falham os professores*. São Paulo: EPU, 1975.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo, SP: Ática, 2001.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R.; NJAINE, K.; DESLANDES, S. F.; SILVA, C. M. F. P.; FRAGA, P. C. P.; GOMES, R.; ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J.; MONTEIRO, M. C. N. *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999.

MOSER, G. *A agressão*. São Paulo, SP: Ática, 1991.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v.7, n.13, p.119-134, 2003.

ODALIA, N. *O que é violência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PAULA E SILVA, Joyce Mary Adam de; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs). *Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SALLES, L. M. F., SILVA, J. M. A. de P. Violência na escola: as influências do clima organizacional e das relações familiares. *Relatório de Pesquisa*, FAPESP, 2009.

SALLES, L. M. F.; FONSECA, D. C.; ADAM, J. M. Sobre violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área. In: LUIZ, M. C. *Conselho escolar e o desafio da violência na escola: perspectivas de diálogo e convivência*. São Carlos (SP): Edufscar, 2016.

SPOZATI, Aldaíza. Exclusão Social e Fracasso escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, no. 71, p.21-32, jan. 2000.

TIRADENTES, Adrielly Rocha; Violência Simbólica no Contexto Escolar: Discriminação, Inclusão e o Direito à Educação. *Revista Eletrônica do Curso de Direito – Puc Minas Serro* – n.12 – Agosto/Dez. 2015.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvito (Eds.), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

WIERVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9(1), 5-41, 1997.